

À SRA. SANDRA PINTO BARRA - PREGOEIRA OFICIAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR DE VOLTA REDONDA

Referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 90043/2025 – G2.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/21

RECURSO ADMINISTRATIVO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A Recorrente, **ALRANTECH IMPORTACOES E COMERCIO LTDA**, qualificada nos autos do presente certame, vem, com o devido respeito, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da habilitação da empresa **IDS MEDICAL IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 32.416.864/0001-85, considerando que esta última **não atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no edital**, especialmente quanto à apresentação do **Balanco Patrimonial e das Demonstrações Contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais**, circunstância que, por si só, deveria ensejar a sua imediata desclassificação, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Tal fato, além de implicar descumprimento do edital, configura ofensa aos **Princípios Da Isonomia**, da **Legalidade** e da **Vinculação Ao Instrumento Convocatório**, sendo certo que outros licitantes foram desclassificados em razão de não terem atendido a todas as exigências editalícias.

2. DOS FATOS

2.1. DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA – BALANÇO PATRIMONIAL – ITENS 10.3.2 / 10.3.5.2 LETRA B

Consoante dispõe o **item 10.3.2 do edital**, é imperiosa a apresentação dos balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais, verbis:

10.3.2- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial;

Tal exigência é cristalina e objetiva, não admitindo interpretações elásticas ou flexibilizações que autorizem a apresentação de documentos parciais ou a substituição por documentos relativos a apenas um exercício social.

De igual forma, o **item 10.3.5.2(b)** reforça a necessidade de apresentação completa dos balanços patrimoniais, inclusive quando o licitante tenha índices econômico-financeiros igual ou inferior a 1,0, como se extrai da seguinte transcrição:

b) O licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis, igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, apresentados na forma da lei.

Portanto, não há margem para dúvidas de que a IDS MEDICAL deveria ter apresentado, no mínimo, os balanços patrimoniais referentes aos exercícios de **2022 e 2023**, ou de **2023 e 2024** (*item 10.3.2 do edital*), acompanhados de seus respectivos **índices econômico-financeiros** (*item 10.3.5.2, b*), sob pena de inabilitação.

2.2. DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA RECORRIDA

Analisando os documentos disponibilizados pela IDS MEDICAL no sistema COMPRASNET, constata-se que a empresa apresentou apenas balanços e índices econômico-financeiros referentes ao **exercício de 2023**.

^ Anexos

DOCUMENTACAO PREGAO 900432025.7z

26/05/2025 16:59:27

DOCUMENTACAO PREGAO 900432025.zip

26/05/2025 17:23:23



Name	Size	Packed	Type	Modified	CRC32
...			Pasta de arqui...		
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL-compactado.pdf	155.650	151.866	Documento d...	09/04/2025...	145083...
2º Ofício de Distribuição Criminal Val 10-06-2025 .pdf	84.455	73.648	Documento d...	18/03/2025...	0E7EF8...
2º Ofício de Distribuição Falencia e Concordatas Val 10-06-202...	83.307	72.605	Documento d...	18/03/2025...	7BC30...
383-IDS balanço ASSINADO.pdf	551.398	468.943	Documento d...	10/05/2024...	6EFED...
80160400102.pdf	4.552	3.619	Documento d...	26/05/2025...	686FB...
80475510203.pdf	28.703	19.382	Documento d...	26/05/2025...	CA1EE...
Alvará De Licença novo.pdf	15.884	14.207	Documento d...	09/04/2025...	0001D...
ATESTADO DE CAPACIDADE SOUZA AGUIAR.pdf	419.292	388.993	Documento d...	02/10/2024...	A673F...
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA HCA.pdf	461.268	386.370	Documento d...	01/04/2024...	E42FE4...
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA HCE.pdf	395.715	321.678	Documento d...	17/09/2024...	67823E...
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA MIGUEL COUTO.pdf	17.099	15.730	Documento d...	18/09/2024...	1D413...
Atestado de Capacidade_IDS Salgado Filho 03-09-2024.pdf	18.582	17.584	Documento d...	03/09/2024...	39B98...
BALANÇO 31-12-2023-IDS.pdf	3.818.752	3.322.622	Documento d...	03/04/2025...	1DA43...
BALANÇO-IDS DRE ASSINADO.pdf	314.243	278.739	Documento d...	10/05/2024...	952044...
CERTIDÃO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS 2º OFICIO VAL 10-06-2...	132.119	112.422	Documento d...	18/03/2025...	92CC9...
Certidão de Regularidade Técnica - IDS Medical - val. 30.04.20...	119.914	108.546	Documento d...	26/05/2025...	E0F145...
Certidão de Situação Fiscal do ISS 10.07.25.pdf	126.881	111.430	Documento d...	28/04/2025...	3D303...
CERTIDÃO NEGATIVA DE DIVIDA TRABALHISTA VAL 16-11.pdf	87.558	85.043	Documento d...	20/05/2025...	61CD8...
CERTIDÃO NEGATIVA DEBITOS FEDERAIS E DA UNIAO 10.10.25...	77.403	76.376	Documento d...	20/05/2025...	FF67A4...
Certidao Negativa Municipal VALID 24-08.pdf	60.030	56.972	Documento d...	25/04/2025...	3E28C...
CND DIVIDA ATIVA ESTADUAL VALIS 17-11.pdf	9.376	7.393	Documento d...	26/05/2025...	768EF3...
CND ESTADUAL VAL 17-08.pdf	36.351	35.659	Documento d...	19/05/2025...	047A9...
CNH IGOR - VÁLIDA ATÉ 2026.pdf	90.130	78.502	Documento d...	16/12/2024...	938B98...
CNPJ.pdf	103.562	77.651	Documento d...	28/01/2025...	ABEFE...
Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral ALVARA.pdf	75.607	57.543	Documento d...	09/04/2025...	A280D...
CRT FGTS VALID 01-06.pdf	110.092	95.087	Documento d...	20/05/2025...	4B3DC...
INSCRIÇÃO ESTADUAL.pdf	13.435	12.721	Documento d...	31/01/2025...	FEE3FB...
INSCRIÇÃO MUNICIPAL.pdf	74.908	56.836	Documento d...	31/01/2025...	46CF4B...
INTERDIÇÃO E TUTELA CERT NEGATIVA VAL 12-06.pdf	101.974	96.826	Documento d...	18/03/2025...	97AEC...
LicençaSanitaria_Estabelecimento_IM11516351 val.30.04.2026.p...	324.618	286.426	Documento d...	28/04/2025...	52EC58...
PROPOSTA DE PREÇOS PE 900432025 HSJB urologia.pdf	137.279	111.244	Documento d...	26/05/2025...	F845FC...
SICAF2025-05-26 (1).pdf	75.682	73.856	Documento d...	26/05/2025...	4E0118...
TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS VAL 12...	91.364	84.498	Documento d...	18/03/2025...	64722B...
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE PROTESTOS E TITULOS.pdf	96.476	89.113	Documento d...	18/03/2025...	D6820...

Conforme observa-se, em relação ao Balanço Patrimonial, foram anexados os seguintes arquivos:

- “383-IDS balanço ASSINADO.pdf” (2023)
- “BALANÇO 31-12-2023-IDS.pdf” (2023)
- “BALANÇO-IDS DRE ASSINADO.pdf” (2023)

Não há, portanto, qualquer documento referente aos exercícios de **2022 ou 2024**, evidenciando, de forma incontestável, que a IDS MEDICAL não apresentou os balanços patrimoniais conforme exigido no edital. Tal omissão configura patente descumprimento das regras editalícias, em afronta direta e inequívoca ao item 10.3.2 e ao item 10.3.5.2(b), e revela que a empresa não preencheu integralmente as condições de habilitação econômico-financeira, fato este que, por si só, é causa suficiente para a sua desclassificação.

3. DA REGRA EDITALÍCIA DE DESCLASSIFICAÇÃO

O edital é inequívoco ao determinar a desclassificação das propostas que não estejam em conformidade com as exigências previstas no instrumento convocatório. Veja-se o **subitem 8.7.5 do Edital**:

8.7- Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1- conter vícios insanáveis;

8.7.2- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Tal regra, de caráter cogente, confere ao pregoeiro a obrigação de desclassificar imediatamente a proposta que não atenda integralmente às exigências editalícias.

Importante ressaltar, ainda, o disposto no **item 19.1** do edital, que veda expressamente a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam ter constado originalmente da proposta, in verbis:

19- DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- É facultada ao Pregoeiro ou Ordenador de Despesas, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Portanto, observa-se que o Edital estabelece, de forma objetiva, a penalidade de desclassificação para o licitante que deixar de atender às exigências editalícias, vedando, inclusive, a apresentação posterior de documentos necessários à habilitação em eventual diligência.

4. DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Por se tratar de interesse público, é sabido que em um processo licitatório devem-se observar a risca os princípios que o norteiam, dentre eles o **Princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório**, que não só deve ser observado como obedecido.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Contratante, como também os licitantes às regras nele estipuladas. O edital é a lei interna da licitação e “**_vincula inteiramente a Administração e os proponentes_**” __ (Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro”, 30ª ed. SP: Malheiros, p. 283).

O equívoco na decisão que habilitou a IDS MEDICAL, a despeito da ausência de apresentação do balanço patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios, afronta diretamente o princípio da **isonomia**, previsto no art. 5º da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Cumprе salientar que outros licitantes foram desclassificados, neste mesmo certame, em razão de descumprirem exigências editalícias similares, como, por exemplo, a empresa **BIOSURGI REPRESENTAÇÕES E OPERAÇÕES LTDA** no **GRUPO 02** e **ITEM 7** Evacuador (licitado isoladamente), assim como a empresa **CARE SURGICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALAR LTDA** no **ITEM 7** Evacuador, ambas desclassificadas pela ausência de documentos de habilitação.

GRUPO 02:

26/05/2025 às 15:41:52	Fornecedor BIOSURGI REPRESENTACOES E OPERACOES LOGISTICAS LTDA, CNPJ 28.419.676/0001-33 teve a proposta <u>desclassificada</u> , melhor lance: R\$ 52.780,0000. <u>Motivo: Ausência de documentos de habilitação</u> conforme exigido no edital. .
------------------------	--

ITEM 7:

26/05/2025 às 15:42:06	Fornecedor BIOSURGI REPRESENTACOES E OPERACOES LOGISTICAS LTDA, CNPJ 28.419.676/0001-33 teve a proposta <u>desclassificada</u> , melhor lance: R\$ 150,0000. <u>Motivo: Ausência de documentos de habilitação</u> conforme exigido no edital. .
------------------------	---

05/06/2025 às 09:46:48	Fornecedor CARE SURGICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALAR LTDA, CNPJ 19.870.779/0001-24 foi <u>inabilitado</u> . Motivo: Empresa <u>não apresentou todos os documentos necessários para habilitação.</u>
------------------------	---

Portanto, ao admitir a habilitação da IDS MEDICAL sem que esta tenha apresentado a totalidade dos documentos exigidos no edital, especialmente o balanço patrimonial de dois exercícios sociais, está-se conferindo a esta empresa um tratamento privilegiado, em afronta ao princípio da vinculação ao edital (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021). Tal conduta flexibiliza exigência objetiva e quebra a isonomia entre os licitantes, gerando evidente desequilíbrio concorrencial e comprometendo a lisura do certame. Trata-se, assim, de uma afronta dupla: ao princípio da vinculação ao edital e ao princípio da isonomia.

5. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta demonstrado, de forma cabal, inequívoca e irrefutável, que a IDS MEDICAL não apresentou a documentação completa exigida no edital, em especial os balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais acompanhados das respectivas declarações de índices econômicos, descumprindo assim, de maneira evidente, a obrigação constante do **item 10.3.2 e letra “b” d item 10.3.5.2**. Tal omissão caracteriza violação incontestável ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e fere, igualmente, o princípio da isonomia, devendo, pois, ser desclassificada em respeito à legalidade e à moralidade administrativa.

Além disso, a habilitação da IDS MEDICAL nestas circunstâncias configura ofensa ao princípio da isonomia, uma vez que outros licitantes, em situações análogas, foram desclassificados por descumprirem as exigências editalícias.

Por todo o exposto, imperiosa se faz a aplicação rigorosa das disposições editalícias, com a consequente desclassificação da IDS MEDICAL, a fim de resguardar a legalidade, a isonomia e a moralidade administrativa, princípios basilares que regem o procedimento licitatório.

5. DOS PEDIDOS

Postas estas premissas e devidamente expostas as razões, a RECORRENTE requer:

- a) O acolhimento integral deste recurso administrativo para **desclassificar a IDS MEDICAL**, em razão do descumprimento das exigências editalícias relativas à qualificação econômico-financeira - itens **10.3.2 e 10.3.5.2, letra “b”**;
- b) A determinação para que o certame retorne à fase de habilitação, permitindo a habilitação apenas das empresas que tenham apresentado a documentação completa e regular, em estrita observância ao edital;
- c) A fiel observância ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, de modo a assegurar a lisura e a moralidade administrativa.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 10 de junho de 2025.

RUAN MENDES
GUIMARAES:14
699517706

Assinado de forma digital
por RUAN MENDES
GUIMARAES:14699517706
Dados: 2025.06.10
20:44:11 -03'00'

ALRANTECH IMPORTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA